

EDITAL DE LEILÃO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS – 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CONTAGEM/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ: 6007189-22.2015.8.13.0079. **EXEQUENTE:** CONDOMINIO CONTAGEM BIGSHOPPING. **EXECUTADO:** BUFFALO ALIMENTOS LTDA - EPP e outros. O leilão ocorrerá na modalidade **exclusivamente eletrônica**, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado no site do leiloeiro: www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente Edital (art. 887 §2º do CPC); Demais informações estão disponíveis no referido site ou pelos telefones (31) 3024-4451 e (31) 98977-8881.

DATA DO LEILÃO: 05/06/2024 a partir das 10h00min. Na hipótese de ser infrutífera a alienação, será realizado o 2º leilão no dia 26/06/2024 no mesmo horário.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão, serão aceitos lances a partir do valor de avaliação do bem. Havendo 2º leilão, o bem poderá ser vendido pela melhor oferta, desde que não seja considerado preço vil, nos termos do art. 891 do CPC, ou seja, **inferior a 50% do valor de avaliação**.

DESCRIÇÃO DO BEM: Apartamento nº101, do Edifício Big Space I, localizado na Rua dos Oitis, 625, Eldorado, Contagem/MG, com área privativa total de 143,32m², estando incluída a área privativa descoberta na lateral direita e esquerda para o logradouro de 59,19m²; área de uso comum real de 74,13m², estando incluída área de estacionamento de 10,35m², área real total de 217,45 m², área equivalente em área de custo padrão de 136,99m² e sua respectiva fração ideal de 0,146860306 do terreno constituído pelo lote nº 01, da quadra D-22, do bairro Cidade Jardim Eldorado, Contagem/MG, com área de 360,00m², limites e confrontações da planta respectiva. Apartamento com direito ao uso de 1 vaga de estacionamento. Conforme auto de avaliação área privativa de um dos lados possui lados com lavanderia, 1 cozinha, 1 sala de jantar, 1 sala social, 2 banheiros, 3 quartos, piso dos quartos em material tipo madeira; demais pisos em porcelanato, sendo a sala social na cor preta e sala de jantar e cozinha nas cores pretas e brancas, paredes em bom estado e parte elétrica e hidráulica em funcionamento, na data da avaliação. Índice cadastral 207502240010. **AVALIAÇÃO:** R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

ÔNUS: Ajuizamento de Ação de Execução Proc. nº 0263741-28.2015.8.13.0079 - 5ª Vara Cível da Comarca de Contagem/MG (Av-6); Indisponibilidade Proc. nº 0010406-82.2016.5.03.0108 (arquivados os autos provisoriamente em 05/10/2024) – 1ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-7); Indisponibilidade Proc. nº 5004683-18.2016.8.13.0027 - 3ª Vara Cível da Comarca de Betim/MG (Av-8); Indisponibilidade Proc. nº 0010806-28.2016.5.03.0163 (Arquivados os autos definitivamente em 22/04/2023) – 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-9); Indisponibilidade Proc. nº 0011460-78.2016.5.03.0142 (arquivados os autos definitivamente em 16/06/2023) – 5ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-10 e Av-11); Indisponibilidade Proc. nº 0010759-54.2016.5.03.0163 (arquivados os autos definitivamente em 05/05/2022) - 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-13 e Av-14); Indisponibilidade Proc. nº 0011923-65.2016.5.03.0030 (arquivados os autos definitivamente em 09/04/2024) – 2ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-15 e Av-16); Indisponibilidade Proc. nº 0012287-37.2016.5.03.0030 – 2ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-17 e Av-18); Indisponibilidade Proc. nº 0011329-40.20165.03.0163 (arquivados os autos definitivamente em 16/04/2024) – 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-19 e Av-20); Indisponibilidade Proc. nº

0012204-24.2016.5.03.0029 (arquivados os autos definitivamente em 20/04/2024) – 1ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-21 e Av-22); Indisponibilidade Proc. nº 0011811-08.2016.5.03.0027 (arquivados os autos provisoriamente em 27/03/2023) – 2ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-23 e Av-24); Penhora Proc. nº 0012204-24.2016.5.03.0029 (arquivados os autos definitivamente em 20/03/2024) – 1ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (R-25); Indisponibilidade Proc. nº 0011805-75.2016.5.03.0164 – 6ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-26 e Av-27); Indisponibilidade Proc. nº 0011396-68.2016.5.03.0142 - 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av- 29 e Av-30); Indisponibilidade Proc. nº 0010947-35.2014.5.03.0028 - 3ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-31 e Av-32); Indisponibilidade Proc. nº 0011114-38.2017.5.03.0031 – 1ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-35 e Av-36); Indisponibilidade Proc. nº 0010875-37.2017.5.03.0030 (arquivados os autos provisoriamente em 21/07/2022) – 2ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-38); Indisponibilidade Proc. nº 0010635-71.2016.5.03.0163 (arquivados os autos provisoriamente em 28/07/2022) - 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-39); Indisponibilidade Proc. nº 0010827-75.2017.5.03.0031 (arquivados os autos provisoriamente em 08/09/2022) – 3ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-40, Av-41 e Av-46); Indisponibilidade Proc. nº 0010999-14.2017.5.03.0032 – 4ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-42 e Av-43); Indisponibilidade Proc. nº 0011743-61.2016.5.03.0026 (arquivados os autos definitivamente em 11/04/2024) - 1ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-48 e Av-49); Indisponibilidade Proc. nº 0010954-02.2017.5.03.0164 (arquivados os autos provisoriamente em 25/08/2023) - 6ª Vara do Trabalho de Contagem/MG (Av-52 e Av-53); Indisponibilidade Proc. nº 0010920-35.2015.5.03.0087 - 4ª Vara do Trabalho de Betim/MG (Av-54); Penhora Proc. nº 0003343-26.2016.4.01.3800 - 6ª Vara de Execução Fiscal e Extrajudicial de Belo Horizonte (R-55); Penhora de 50% Proc. nº 6013073-91.2015.8.13.0027 - 1ª Vara Cível da Comarca de Betim/MG (R-60); Indisponibilidade - Prenotação nº 526.758; Indisponibilidade - Prenotação nº 526.759; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 527.557; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 546.933; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 552.569; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 567.706; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 567.707; Levantamento de Indisponibilidade - Prenotação nº 569.454; Ajuizamento de Execução – Prenotação nº 566.241; Levantamento de Penhora - Prenotação nº 567.532.

MATRÍCULA: 112.283 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem/MG. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 19/04/2024. OBSERVAÇÃO:** O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

FORMA DE PAGAMENTO: O leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado. Caso no decorrer do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

a) Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC.

b) O lance à vista não poderá ser convertido em proposta de parcelamento. Caso o arrematante o faça por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor do Leiloeiro o valor pago a título de comissão se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada/invalidada;

c) Na arrematação à vista, o valor integral deverá ser pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao leilão**, mediante guia judicial que será encaminhada ao arrematante, por meio do e-mail indicado no ato do cadastro e o comprovante deverá ser encaminhado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantioleiloeiro.com.br, **na mesma data, até às 18h00min, sob pena das responsabilizações cíveis e criminais cabíveis**;

d) Na arrematação parcelada, o valor da entrada deverá ser pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao leilão**, mediante guia judicial que será encaminhada ao arrematante, por meio do e-mail indicado no ato do cadastro e o comprovante deverá ser encaminhado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantioleiloeiro.com.br, **na mesma data, até às 18h00min, sob pena das responsabilizações cíveis e criminais cabíveis**;

e) Na hipótese arrematação parcelada, caberá ao arrematante a atualização do valor e emissão das guias de depósito judicial referente às parcelas, assim como a comprovação mensal da quitação nos autos;

f) No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, §4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, podendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, §5º do CPC).

g) A venda na modalidade parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação;

c) Ficará a cargo do arrematante, quando intimado pelo(a) Magistrado(a) a fazê-lo, o pagamento das custas para expedição da Carta de Arrematação e Mandado de Imissão na Posse.

DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: Pelos serviços prestados, caberá ao Leiloeiro o recebimento de comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, **a ser paga pelo arrematante.**

a) A comissão do Leiloeiro deverá ser depositada na sua integralidade, independentemente da modalidade de arrematação (à vista ou parcelada) em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, **impreterivelmente até o dia subsequente à realização do leilão**, e o comprovante deverá ser enviado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantioleiloeiro.com.br, na mesma data, até às 18h00min;

b) Ainda, no caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos, ou ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente.

CONDIÇÕES GERAIS DO LEILÃO: Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Resolução 236/2016 CNJ; CPC; Portaria Conjunta N° 772/PR/2018 TJMG; CTN; e Código Penal nas seguintes condições:

1ª) O leilão será realizado pelo Leiloeiro Marco Antônio Barbosa de Oliveira Júnior, matrícula JUCEMG 565, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min. O Leiloeiro fica autorizado a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2ª) O Tribunal do Estado de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

3ª) Para participar do Leilão Eletrônico o interessado deverá acessar a plataforma do Leiloeiro (www.marcoantonioleiloeiro.com.br), no canto superior direito e clicar no botão “Cadastro”, e seguir os próximos passos.

4ª) Para os cadastros de Pessoas Físicas será necessário, além da informação dos dados pessoais, anexar ao sistema os seguintes documentos: RG (com data de emissão inferior a dez anos), CNH/CPF e comprovante de endereço atualizado (até 03 meses).

5ª) Para os cadastros de Pessoas Jurídicas será necessário, além da informação dos dados empresariais, anexar ao sistema os seguintes documentos: contrato social, cartão do CNPJ expedido pela Receita Federal atualizado, comprovante de endereço da empresa (até 03 meses), RG (com data de emissão inferior a dez anos) e CPF do representante legal.

6ª) Poderá o Leiloeiro requerer a apresentação de documentos complementares para a elucidação de questões a depender do caso concreto, caso julgue necessário.

7ª) A arrematação em nome de terceiros somente será permitida mediante apresentação de procuração específica para o ato, conjuntamente com os documentos discriminados nos itens 4º e 5º se pessoa física ou jurídica, respectivamente.

8ª) Uma vez aprovado o cadastro na plataforma do Leiloeiro, o usuário é responsável pela sua administração e por todas as ofertas registradas em seu *login*, estando ciente de que os lances ofertados não poderão ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese, haja vista serem irrevogáveis e irretratáveis.

9ª) A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital, não podendo alegar seu desconhecimento posteriormente.

10ª) O Leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

11ª) Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens anteriormente à oferta de lances, não podendo alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização.

12ª) As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e refletem a descrição fornecida a este Leiloeiro. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

13ª) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

14ª) No que se refere aos DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, acaso o Exmo(a). Magistrado(a) não disponha de modo diverso, caberá, ao arrematante, requerer a aplicação da norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação.

15ª) Quanto aos débitos de NATUREZA CONDOMINIAL e demais DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS, caberá, ao arrematante, arcar com a sua integralidade, incluindo valores vencidos em data anterior e posterior à da arrematação, facultado, ao interessado, requerer, em juízo, a aplicação do art. 908, §1º do CPC.

16ª) Deverá o fiel depositário e/ou o(a) Executado(a) do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

17ª) Encerrado o pregão do leilão, os bens que não receberem lances ficarão disponíveis para recebimento de ofertas até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputa.

18ª) No caso de inadimplemento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, o Leiloeiro fica autorizado a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.

19ª) Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo (ainda que na esfera administrativa), após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrada a comissão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, para ressarcimento dos serviços prestados pelo Leiloeiro.

20ª) No caso de parcelamento, acordo e/ou pagamento da dívida, se requeridos após o início do leilão, o Leiloeiro será remunerado com o montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado na data do parcelamento acordo ou remição.

21ª) No caso de Adjudicação, a remuneração do leiloeiro (5% sob o valor de avaliação) deverá ser paga, no ato, pelo adjudicante, sendo o valor imediatamente depositado por ele antes da assinatura da respectiva carta.

22ª) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

23ª) Nos termos do art. 810, §3º do Provimento Conjunto TJMG/CGJ nº 93/2020: “*Os demais gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos*”

*do que deu origem à arrematação ou adjudicação, **devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação***”.

24ª) O Leiloeiro não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

25ª) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos nas cláusulas 19ª a 21ª.

26ª) Ficam intimados do leilão (1ª e 2ª data, se houver), as partes e seus cônjuges se casados forem, os coproprietários, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

27ª) A Nota de Arrematação será expedida pelo Leiloeiro após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

28ª) Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade previstas em lei, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: *“Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagens, e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa”*. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **22/04/2024**.